

A VERTENTE CONSERVADORA CHILENA QUE CULMINOU NA REPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 2022

Angelo Santos Alberti, José Henrique Biazzi, Juan Brandi Prado, Ramiro Rivas

Angelo Santos Alberti, discente de graduação em Relações Internacionais,
Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento

Rafael Balardim, docente, Universidade Federal do Pampa

E-mail: angeloalberti.aluno@unipampa.edu.br

A constituição chilena passou por um referendo no dia 4 de setembro de 2022, marcando esta data para o país, pois a mesma não foi aceita pela população, mesmo após ser exigida pelos mesmos, deixando um ar de incerteza dentro do país e sem previsão de novas comissões constituintes para a elaboração de uma nova carta. O objetivo geral é entender o porquê da reprovação da constituinte chilena com ampla maioria e como a influência de vertentes conservadoras contribuíram para isso. A metodologia utilizada é hipotético-dedutiva, quali-quantitativa e descritiva, baseando-se em artigos e postagens em sites da área geopolítica com comentários de especialistas no país em questão.

Antes de entrar na abordagem, propriamente dita, é necessário entender o contexto que levou até esta etapa de não aceitação à constituição. Em 2019, durante o governo de Sebastián Piñera, a população chilena realizou protestos no país com o intuito de que uma nova constituinte fosse elaborada, deserdando a atual, feita ainda na época da Ditadura de Augusto Pinochet (1980). Estes protestos culminaram em um plebiscito, em 2020, com a vitória de Gabriel Boric para a presidência, apesar de uma direita negacionista estar se erguendo no país, o candidato de esquerda se mostrou aberto ao diálogo com todos os tipos de simpatia política e não ficou centrado em pautas esquerdistas, e isso possibilitou a tramitação do plebiscito para que o governo chileno tomasse conhecimento se a maioria da população gostaria ou não de uma nova constituição. O “sim” prevaleceu com mais de 78% dos votos e resultou na formação de uma comissão constituinte com 155 parlamentares, também eleitos pelo povo, para que fosse elaborada a nova carta magna do país. Mais de 15 milhões de chilenos foram convocados às urnas, no dia 4 de setembro de 2022, para decidirem se a nova constituição seria ou não aprovada. A carta magna contava com diversas propostas de mudanças em diferentes áreas públicas, sociais e econômicas, gerando um grande embate entre os mais liberais e conservadores do país, resultando em uma reprovação de mais de 61% da população. Ela previa alterações bruscas em pontos cruciais, como o sistema político, dissolvendo o senado e criando câmaras regionais; os direitos individuais, de gênero e sexuais, instituindo a promoção da educação sexual, a paridade de gênero em todos os órgãos do Estado, o direito ao aborto e o reconhecimento de diferentes identidades e expressões de gênero; os direitos sociais, criando uma previdência, um sistema de saúde e de educação públicos, deixando para trás a iniciativa privada nestas áreas, o que comporia uma carga

tributária maior para a população. As pesquisas feitas antes do plebiscito já indicavam que ela seria reprovada, porém em uma menor magnitude. A última pesquisa feita antes do plebiscito, pelo Painel do Cidadão, indicava uma rejeição de 54%, taxa expressivamente menor que a que se concretizou. A pesquisa também mostrou que o povo mais jovem – entre 18 e 30 anos – que tende a ser liberal, era a única faixa etária com maior taxa de aprovação, enquanto o público mais velho – dos 30 anos em diante – tido como mais conservador, deliberava o “rechaço” como voto predominante em todas as faixas etárias. Apesar da população ser, em sua maioria conservadora e recusar a constituinte, o pleito que a elaborou, era composto por apenas 38 parlamentares de direita, entre os 155, o que contribuiu para que a carta fosse aprovada pela comissão, com maioria de esquerda ou simpatizantes, pelo presidente, também de esquerda, e encaminhada para o referendo.

Portanto, apesar de os resultados serem parciais e poder haver alterações, corroboramos a hipótese de que a maioria conservadora no país, impossibilita que pautas como o aborto e a ideologia de gênero sejam incluídas na constituição do país, o que além de deixar em aberto uma nova comissão constituinte, mantém-se regidos pela carta magna que provém da ditadura de Pinochet, o que não permite que o país se torne plurinacional e intercultural, pois não são legitimados os “povos originários”, que são divididos em 13 povoações indígenas, com declaração de proveniência de 13% da população total, de acordo com o censo de 2017. A rejeição não se limita apenas ao conservadorismo, chegando até grandes empresários, que além de conservadores, perderiam poder com mudanças nas políticas públicas. Com este aglomerado, fica em aberto o destino da população chilena na questão de uma nova constituinte e quais temas devem ser abordados para que traços do regime ditatorial sejam apagados do presente chileno.

Agradecimentos: Agradeço ao GEELAM, ao NaPEB e a UNIPAMPA, por fomentarem o trabalho.

Palavras-chave: Constituição; Conservador; Rejeição.